

7. PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A CELEBRAR ENTRE O MUNICÍPIO DE BRAGA E AOPP – ASSOCIAÇÃO OFICINA DE PLANEAMENTO E PARTICIPAÇÃO – REDE DE AUTARQUIAS PARTICIPATIVAS:

Da Vice-presidente Dr^a. Sameiro Araújo, submetendo para apreciação do Executivo Municipal, o protocolo de colaboração a celebrar entre o **Município de Braga e AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação**, que tem como objeto a definição dos termos e das condições da colaboração estabelecida, designadamente no que diz respeito às obrigações assumidas por ambas as partes outorgantes, com os desígnios da prossecução, operacionalidade, coordenação e dinamização da Rede de Autarquias Participativas (RAP), protocolo de colaboração que se anexa.



Gabinete da Vereadora Sameiro Araújo

PROPOSTA

Protocolo AOP – Associação Oficina de Planeamento e Município de Braga

O Orçamento Participativo de Braga promove anualmente o exercício de uma intervenção cívica ativa, informada e responsável dos cidadãos, que são estimulados a decidir sobre a afetação de recursos às políticas públicas municipais.

O interesse demonstrado pelos cidadãos que participam nesta iniciativa, através da apresentação de propostas ou simplesmente na votação, demonstra e reflete a importância desta ferramenta a favor dos princípios da participação ativa e da democracia, ao nível local.

A Rede de Autarquias Participativas - RAP criada em 2014, no âmbito do projeto Portugal Participa, é a primeira estrutura colaborativa em Portugal, destinada a congregar as autarquias comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local.

O Município de Braga, enquanto membro da Rede de Autarquias Participativas - RAP, e a AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação, consideram de grande interesse para a prossecução dos objetivos daquela, o estabelecimento de uma estreita cooperação entre as duas instituições.

Tendo isto em consideração, propomos a celebração do protocolo com a AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação, pessoa coletiva nº 515 682 896, com sede na Rua da Feira, Urb. Sporting Clube Olhanense, Lote 9, 1º DTO, código postal 8700-395, Olhão, no valor de 950,00€ (novecentos e cinquenta euros), para prossecução e apoio aos trabalhos da Rede de Autarquias Participativas – RAP.

A Vice-Presidente
(Dra. Sameiro Araújo)

Handwritten notes in blue ink:
A -> 1. 2. 3. 4. 5.
2020
[Signature]

PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO

AOPP – ASSOCIAÇÃO OFICINA DE PLANEAMENTO E PARTICIPAÇÃO REDE DE AUTARQUIAS PARTICIPATIVAS

PREÂMBULO

O Município de Braga e a AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação, consideram de grande interesse para a prossecução dos objetivos da Rede de Autarquias Participativas, adiante referida como RAP, o estabelecimento de uma estreita cooperação entre as duas instituições;

A AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação apresenta-se como uma associação, sem fins lucrativos, constituída por tempo indeterminado, a qual assume como desígnio a promoção de um mundo mais justo, solidário e sustentável, através da criação e implementação de ações inovadoras, em Portugal e no estrangeiro, que visem a promoção, designadamente, da democracia participativa, através do apoio direto à conceção, implementação e avaliação de práticas de participação dos cidadãos nas políticas públicas e na gestão dos seus territórios, bem como do planeamento e avaliação, apoiando entidades públicas e privadas na conceção, na implementação e na avaliação dos seus projetos, programas e planos, sendo que os propósitos estabelecidos serão prosseguidos através da criação de parcerias com os setores público, privado e associativo;

A RAP é a primeira estrutura colaborativa em Portugal, destinada a congregar as autarquias comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa a nível local. Foi criada em 2014, no âmbito do projeto Portugal Participa, financiado pelo fundo monetário europeu EEA Grants, e gerido pela Fundação Calouste Gulbenkian, através do programa Cidadania Ativa. A equipa da AOPP, esteve

envolvida em todos os momentos da rede, desde a sua criação, e involucrada na gestão da mesma. A sua vasta experiência e conhecimento em áreas como a participação cidadã e a democracia participativa, assim como no trabalho com as autarquias portuguesas, colocam-na numa posição privilegiada para garantir a prossecução da Rede;

A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, que determina o Regime Jurídico das Autarquias Locais, prescreve, no respetivo artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas m) e p), que constituem atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das suas populações, em articulação com as freguesias, dispondo o Município de atribuições, nomeadamente, nos domínios da promoção do desenvolvimento e da cooperação externa;

Além disso, de acordo com o estatuído no artigo 33.º, n.º 1, alíneas o) e u), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, compete à Câmara Municipal deliberar sobre as formas de apoio a entidades e organismos legalmente existentes, em particular com vista à realização de eventos de interesse para o Município e à informação e defesa dos direitos dos cidadãos, assim como apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o Município;

Nestes termos, em conformidade com o preceituado no artigo 23.º, n.º 1 e n.º 2, alíneas m) e p), tal como no artigo 33.º, n.º 1, alíneas o) e u), do Regime Jurídico das Autarquias Locais, e conforme a deliberação do Executivo Municipal, na Reunião datada de 00 de mês de ano, entre

O Município de Braga, com sede na Praça do Município, código postal 4700-435, concelho de Braga, pessoa coletiva n.º 506 901 173, representado por Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, enquanto Presidente da Câmara Municipal de Braga, adiante designado Município,
e

A AOPP – Associação Oficina de Planeamento e Participação, com sede na Rua da Feira, Urb. Sporting Clube Olhanense, Lote 9, 1.º Dto., código postal 8700-395, concelho de Olhão, pessoa coletiva n.º 515 682 896, representada por Simone Júlio, Presidente da Direção, e Tatiane Cristina Serrano, Tesoureira da Direção, adiante designada Oficina,

É celebrado o presente Protocolo de Colaboração, cujas condições constam das cláusulas seguintes.

CLÁUSULA 1ª

(Objeto)

O presente Protocolo apresenta como objeto a definição dos termos e das condições da colaboração estabelecida entre o Município e a Oficina, designadamente no que diz respeito às obrigações assumidas por ambas as partes outorgantes, com os desígnios da prossecução, operacionalização, coordenação e dinamização da Rede de Autarquias Participativas (RAP).

CLÁUSULA 2ª

(A Oficina e a RAP)

1. Constituem atribuições da Oficina prosseguir, operacionalizar, coordenar e dinamizar a RAP, nomeadamente no que respeita à promoção e desenvolvimento de ações, iniciativas, atividades e trabalhos no âmbito da democracia participativa ao nível autárquico, de acordo com os propósitos determinados no número seguinte.
2. A RAP é uma estrutura colaborativa, a qual congrega as autarquias portuguesas comprometidas com o desenvolvimento de mecanismos de democracia participativa ao nível local, que o Município apoia, e que possui como finalidades:
 - a. Promover a democracia participativa ao nível local, assegurando o envolvimento dos eleitos, dos técnicos e dos cidadãos;

- b. Estimular a partilha de experiências, fortalecendo as práticas em curso e ampliando a novos mecanismos de envolvimento dos cidadãos na gestão pública das autarquias;
- c. Impulsionar a capacitação dos vários agentes envolvidos nos processos participativos;
- d. Criar, alimentar e divulgar um sistema de informação atualizada sobre os mecanismos de democracia participativa no país;
- e. Reforçar a gestão pública transparente, garantindo a produção de informação de fácil utilização e a compreensão por parte de todos os cidadãos;
- f. Ampliar a Rede através da incorporação progressiva de novas autarquias comprometidas com a democracia participativa;
- g. Estabelecer intercâmbio com organizações, tais como ONG, universidades e outras entidades comprometidas com estas matérias;
- h. Promover relações de cooperação internacional com outras redes e estruturas, facilitando a incorporação de novos mecanismos e divulgando as práticas desenvolvidas em Portugal.

CLÁUSULA 3ª

(Cooperação)

O Município e a Oficina comprometem-se, na medida das suas possibilidades, a promover, incentivar e desenvolver ações de colaboração, com o fim da defesa e da prossecução dos interesses da RAP, assumindo o compromisso de atuar para a concretização dos seus objetivos, em conformidade com as opções estratégicas tomadas, possibilidades e prioridades definidas.

CLÁUSULA 4ª

(Obrigações do Município)

1. O Município atribuirá à Oficina um apoio no montante de € 950,00 (novecentos e cinquenta euros e zero cêntimos), destinado à concretização de ações no quadro da

RAP, referente ao período compreendido entre 01 de janeiro de 2020 e 31 de dezembro de 2020, que não poderá ser utilizado para outros fins.

2. A utilização, por parte da Oficina, do apoio atribuído pelo Município, segundo o fixado no número anterior, para outros fins diversos dos previstos no presente Protocolo de Colaboração, consubstancia causa para a denúncia imediata do Protocolo pelo Município, tendo a Oficina de proceder à devolução do apoio atribuído.

3. A Oficina deve organizar e arquivar a documentação justificativa da aplicação do apoio atribuído pelo Município, consoante o definido no n.º 1, e apresentará no final da vigência do presente Protocolo de Colaboração, e no final de cada uma das suas eventuais renovações, um relatório com a indicação e esclarecimento dos resultados alcançados com a aplicação do apoio atribuído.

4. O valor do apoio atribuído, nos termos do n.º 1, apenas poderá ser alterado por mútuo acordo das partes.

CLÁUSULA 5ª

(Obrigações da Oficina)

A Oficina garantirá a prossecução, a operacionalização, a coordenação e a dinamização da RAP, disponibilizando os meios necessários, sendo sua obrigação:

- a. Assegurar que o apoio atribuído por parte do Município apenas e só será utilizado para o desenvolvimento de atividades no contexto da RAP, não podendo o apoio, em nenhuma circunstância, ser usado para outros fins, mesmo que relativos à Oficina;
- b. Informar sobre as ações, os progressos e os trabalhos desenvolvidos;
- c. Contribuir para a promoção e desenvolvimento das ações da RAP;
- d. Respeitar, prosseguir e operacionalizar as orientações e diretrizes dos membros da RAP;
- e. Tomar parte ativa nas reuniões e/ou outras iniciativas da RAP;
- f. Exercer com zelo, dedicação e eficiência as funções e tarefas de coordenação e dinamização da RAP, tal como cumprir, de forma estrita, as obrigações estabelecidas no presente Protocolo de Colaboração;

- g. Coordenar a RAP, trabalhando em estreita colaboração com todos os membros;
- h. Dinamizar o plano de atividades anual da RAP;
- i. Propor a admissão de novos membros ou protocolos de colaboração.

CLÁUSULA 6.ª

(Vigência, revisão e rescisão)

1. O presente Protocolo de Colaboração é válido desde a data em que é assinado até ao dia 31 de dezembro do mesmo ano, sendo automaticamente renovável para o ano civil seguinte, nos termos das condições estabelecidas no Protocolo.
2. Durante a vigência do Protocolo, poderão ser-lhe introduzidas alterações, totais ou parciais, mediante acordo escrito e assinado pelo Município e pela Oficina.
3. Qualquer das partes poderá denunciar o Protocolo, caso ocorram factos que o justifiquem, nomeadamente a falta de cumprimento dos termos protocolados, por força de imposição legal superveniente e/ou por razões de ponderoso interesse público.
4. Caso a denúncia ocorra por falta de cumprimento pela Oficina, terá lugar a devolução do apoio atribuído pelo Município.
5. A denúncia de uma das partes deverá ser efetuada com 60 dias de antecedência, por escrito e entregue em mão, ou enviada por correio registado com aviso de receção, fax ou correio eletrónico com recibo de leitura para os endereços das partes.
6. A rescisão poderá ainda acontecer mediante mútuo acordo, devendo este constar de documento escrito e assinado pelo Município e pela Oficina.

CLÁUSULA 7.ª

(Acordo único, invalidade e integração de lacunas)

1. O disposto no presente Protocolo de Colaboração prevalece sobre as declarações das partes eventualmente prestadas em quaisquer outros documentos ou durante a fase das negociações, consistindo assim no único documento vinculativo para as partes no que respeita ao objeto do presente Protocolo.
2. A invalidade ou ineficácia de alguma das disposições deste Protocolo ou a eventual deteção de lacunas não afetará, na parte que não se encontre viciada, a subsistência e a validade do mesmo.
3. Em substituição das disposições viciadas e no preenchimento das lacunas eventualmente detetadas, serão aplicáveis as normas jurídicas que melhor se conformem com a vontade das partes expressa no presente Protocolo ou com a vontade que estas teriam tido, de acordo com o fim, o sentido e o equilíbrio do presente Protocolo, se tivessem contemplado o caso omissio.

Braga, [dia] de [mês] de 2020.

Município de Braga
Câmara Municipal de Braga

AOPP – Associação Oficina de Planeamento e
Participação

Ricardo Bruno Antunes Machado Rio